

-----ATA NÚMERO 36/2017-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE SEIS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSETE.**-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Estiveram igualmente presentes nesta reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação Sandra Silva, João Beja, Ênio Câmara, Sandra Machado e Ricardo Alexandre.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, começou por referir que, segundo o Regimento, a reunião realizava-se com os eleitos, questionando, a este propósito, se os assessores irão estar

presentes, assiduamente, nas reuniões e se não serão chamados apenas quando fosse necessário clarificar algum assunto, ao que o Senhor Presidente esclareceu que os mesmos estavam presentes para apoio à presidência e vereação, tendo sido convocados para estarem presentes na reunião.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, e sobre a ata, informou que, normalmente, as propostas de alterações à mesma eram enviadas ao Serviço de Atas até à véspera da realização da reunião de forma a agilizar a sua aprovação no dia da reunião.-----

-----Continuando no uso da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, e relativamente ao envio de propostas para integrarem a ordem do dia, solicitou clarificação quanto à hora e dia a entregar.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente esclareceu que, conforme o Regimento, o envio das propostas por qualquer vereador deverá ser apresentado com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião e que o envio da documentação relativa à agenda deverá ser feito com dois dias de antecedência sobre a data da realização da reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, para prestar alguns esclarecimentos sobre a apresentação do Orçamento. Referiu que “o mesmo encontra-se em fase de elaboração quer a nível interno, quer ao nível de todas as eventuais possibilidades de financiamento para investimento. Foi efetuada uma solicitação, a exemplo do ano transato, uma vez que também se encontra em fase de elaboração o Orçamento Regional, a fim de serem inscritos no mesmo um conjunto de contratos programa que já havia sido proposto ao anterior Secretário Regional, mais concretamente oito investimentos que não foram aceites e que ascendem a nove milhões de euros, mantendo-os novamente para o corrente ano, tendo sido acrescentados ainda outros três para financiamento através deste acordo de cooperação financeira entre o Governo Regional e os Municípios da Região, uma vez que o contexto político e financeiro, aparentemente, alterou-se e é aguardada uma resposta, quer sejam eles financiados 50% ou a 75%, caso o Governo Regional decida que são de interesse público regional. Estes investimentos incluem a repavimentação da Estrada Comandante Camacho de Freitas, entre a rotunda do Esmeraldo e o cruzamento das Courelas, estrada regional que foi entregue ao município em dois mil e doze em más condições, alargamento parcial do Caminho do Jamboto, repavimentação da Estrada Monumental, entre a rotunda ASSICOM e a da Vitória, alargamento das Veredas da Cova e do Calhau, espaço

intergeracional na antiga cadeia dos Viveiros, alargamento da entrada 34 do Curral Velho, prolongamento do Caminho do Laranjal, regeneração urbana para beneficiação do antigo edifício do Matadouro, requalificação de parte do Museu de História Natural e o controlo e monitorização de fugas de água, projeto submetido também ao POSEUR numa zona piloto em São Martinho”.

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, e referindo-se à cerimónia de instalação dos órgãos da Junta de Freguesia do Monte, ocorrido no dia anterior, e na qual estivera presente, na qualidade de representante da Câmara Municipal do Funchal, referiu não lhe ter sido dada ocasião para usar da palavra, ao contrário do que tinha sido confirmado, manifestando o seu desagrado pela situação à Presidente de Junta de Freguesia e ao Presidente da Assembleia de Freguesia empossados. Disse que por esse facto, não só não teve oportunidade de, em nome da Autarquia Funchalense, felicitar todos os eleitos, como não teve, igualmente, oportunidade de defender a Câmara Municipal do Funchal das declarações proferidas pela Presidente da Junta de Freguesia no seu discurso de tomada de posse. Por esse motivo, este mesmo Vereador, relatou as declarações emitidas pela referida Presidente da Junta de Freguesia empossada e a resposta do Executivo, para conhecimento de todos e para que conste em ata: “Há um compromisso que assumimos em todos os momentos, e que

assumo também em meu nome pessoal enquanto Vereador com o Pelouro da Proteção Civil, que é o compromisso de fazermos sempre tudo o que estiver ao nosso alcance a fim de garantirmos a segurança da população que servimos, em todas as freguesias do concelho, nomeadamente na freguesia do Monte, através da prevenção, procurando minimizar os riscos a que infelizmente estamos expostos. Este Executivo já teve oportunidade de fazê-lo antes, mas reiteramos o nosso profundo lamento pelo acidente do Largo da Fonte, numa freguesia que infelizmente tem sido fustigada por várias catástrofes ao longo dos últimos anos, que marcaram profundamente a vida de todos. A nossa responsabilidade é a de garantir a segurança de toda a população do Monte, que continuará a contar sempre connosco em todos os momentos, nos bons e nos maus, nas horas de prevenção e nas de ação, sempre que for necessário. Nós estaremos sempre ao lado das pessoas, com total honestidade, muita responsabilidade e muito empenho no desempenho das nossas funções, em nome da causa pública e da segurança de todos. Foi isso que fizemos ao longo dos últimos quatro anos, quando investimos: na criação da Unidade Local de Proteção Civil no Curral dos Romeiros; nos trabalhos prévios de consolidação das escarpas na Estrada Camacho de Freitas, no Caminho dos Tornos, no Caminho do Cabeço dos Lombos e na Estrada do Curral dos Romeiros; na recuperação do Parque Ecológico do Funchal; quando apoiámos a Junta de Freguesia do Monte em pequenas obras, mas que têm

grande impacto na vida das pessoas e ainda sobre a tragédia ocorrida no dia quinze de Agosto. Lamento que, mais uma vez, a Presidente da Junta de Freguesia tenha optado por criticar esta Câmara e procurado novamente colocar a população contra a Autarquia e este Executivo, em vez de adotar uma postura de colaboração e resolução dos problemas. Relativamente ao Caminho dos Tornos, a Presidente da Junta de Freguesia teceu declarações que considero infelizes, atendendo a que existe um parecer negativo do LREC relativamente à abertura da estrada, dada a perigosidade que representa e não podemos abrir uma estrada nessas condições para melhorar o conforto dos cidadãos, colocando simultaneamente em risco a sua segurança. Foi por isso que encerrámos a estrada, concebemos um projeto cuja execução rondará os dois milhões de euros e aguardamos a resposta à candidatura que foi feita ao POSEUR para a sua execução. Quanto aos incêndios, que também foram referidos, importa recordar as intervenções levadas a cabo no Parque Ecológico do Funchal e as responsabilidades de todos na prevenção dos mesmos, incluindo as que partilhamos com o Governo Regional. Relativamente à requalificação da Antiga Estação de Comboios, confesso a minha surpresa pelo que, de acordo com a Presidente da Junta de Freguesia do Monte, ter havido, neste momento, um aparecimento súbito de interessados para investir naquele espaço, quando antes existia um problema de saúde pública naquele local, com um acumulador que lá residia sem que tenha havido qualquer

intervenção prévia na altura em que este Executivo decidiu adquirir aquele espaço para requalificá-lo. Esta Câmara adquiriu esse espaço e encontra-se neste momento a elaborar o projeto que permitirá fazer daquele um espaço de memória histórica que servirá o turismo e a população daquela freguesia. A nossa nota final é a de que continuaremos a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance a fim de garantirmos que a população do Monte viva progressivamente melhor e em segurança.”-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, manifestou o seu desagrado pelo começo tardio da reunião, apelando para que as reuniões se iniciem a horas.-----

---Relativamente à situação descrita anteriormente, disse: “Não tendo estado presente na tomada de posse dos órgãos da Freguesia do Monte, e, a se verificar estas declarações, sou de opinião que devemos manter a total institucionalidade e respeitar a vontade do povo, quer nas Assembleias de Freguesia, Assembleia Municipal e na Câmara Municipal e consideramos que o Senhor Vereador, na qualidade de representante da Câmara Municipal, deveria ter tido o uso da palavra no sentido de prestigiar o Município e os eleitos e dignificar o exercício da política e da sua nobreza. Quero igualmente referir o que aconteceu na votação para a Mesa da Assembleia da Freguesia de São Gonçalo, mormente alguns episódios reprováveis, já que houve eleitos que instigaram à desestabilização da sala e algumas pessoas pronunciaram-se de forma lamentável, tendo tido conhecimento que o Senhor

Presidente da Câmara estaria presente, e registre-se, interveio no sentido de acalmar os ânimos e manter a ordem, mas houve representantes da Coligação Confiança que instigaram a essa desestabilização e, concordando com o que o Senhor Vereador João Pedro Vieira referiu, solicito também que o exercício democrático e da política se possa verificar, num caso e noutro, respeitando a vontade dos eleitos e de quem os elegeram. Em relação ao Caminho dos Tornos, foi dito pelo Senhor Vereador João Pedro Vieira, que houve uma tentativa de politização daquele caminho, alvo de candidatura ao POSEUR para consolidação da escarpa e de parecer por parte do LREC, questiono, se não podem circular quaisquer viaturas, por que razão as pessoas continuam lá a viver na encosta sobranceira à escarpa e por que razão não foi dada prioridade a esta situação. Existe igualmente um troço, de risco elevado, no acesso pela Corujeira, onde existem troncos a bloquear a estrada e que deveriam ser removidos, havendo uma situação de critérios díspares no que se refere ao caminho mas que relativamente aos moradores não acontece. Relativamente à questão da aquisição da antiga Estação, quero aqui referir que o CDS/PP concorda com a mesma, pois trata-se de um património relevante, sendo importante a sua requalificação e está a ser equacionada a proposta para aquisição da estação do Pombal, potencializando o investimento privado, recuperando e reabilitando este edifício oferecendo melhores condições para a sua concessão”.-----
----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Madalena Nunes,

da Confiança, e, relativamente à perigosidade das populações residente no Caminho dos Tornos, esclareceu que essa tem sido, desde os incêndios de dois mil e dezasseis, uma preocupação da Proteção Civil Municipal em articulação com a Proteção Civil Regional tendo, inclusivamente, sido diligenciado, junto das populações, em colaboração com a Segurança Social, uma clarificação da situação e da sua perigosidade com ações junto dos moradores, tendo sido proposto alojamento alternativo que foi recusado pelas pessoas. “Por duas vezes e devido às más condições atmosféricas, foi necessário retirar pessoas das habitações com a ajuda da Policia de Segurança Pública, estando as entidades de sobreaviso sempre que existe um agravamento do tempo mas os moradores recusam abandonar as suas casas apesar dos esforços já realizados para o fazerem”.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse ser importante que até à consolidação da escarpa todas as famílias fossem notificadas alertando para a perigosidade do local, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, informou que já teriam sido todas notificadas.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que na escarpa do Caminho dos Tornos, já fora executada uma pré-consolidação assim como no Cabeço dos Lombos, tendo as pessoas sido retiradas do local enquanto decorriam os trabalhos. Quanto ao Caminho dos Tornos, disse que

teria tido início o desmonte previsto na pré-consolidação mas a empresa que estava a executar a obra foi de opinião que seria mais perigoso desmontar a escarpa do que a manter como atualmente, porque iria perigar a estrada e os edifícios sobranceiros, solicitando para o efeito a intervenção da Câmara e do LREC que emitiu parecer negativo à abertura da estrada em duas situações distintas, tendo a Autarquia optado por não reabrir, sob pena de estar a assumir qualquer responsabilidade a um possível acidente que ali viesse a ocorrer. “Neste momento, estão em curso duas intervenções de consolidação definitiva, nomeadamente, no Cabeço dos Lombos e na escarpa do Caminho dos Tornos, no âmbito do POSEUR”, acrescentou.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, intervindo, e relativamente à questão da tomada de posse dos órgãos da Freguesia do Monte, esclareceu que os Presidentes das Juntas de Freguesia são eleitos, logo a questão de haver a representação e participação dos membros do Município é uma questão de cortesia e têm liberdade de permitir quem poderá ou não intervir nas suas sessões, tendo o mesmo sucedido noutras locais, dando como exemplo a tomada de posse em São Martinho, que estando presente o Presidente, já empossado, da Assembleia Municipal, que também não foi convidado a usar da palavra, parafraseando o Senhor Vereador Rui Barreto que se devem respeitar as instituições. “Não considero existir acusações por parte da Presidente da Junta de Freguesia do Monte. Fez sim apelos, falou

com o coração e chamou a atenção para algumas questões de segurança e proteção civil, alertando que se não forem tomadas medidas, serão os feirantes a não querer realizar a Festa do Monte, falou de algumas obras e investimentos que o Município fez e que a população não sabe qual a finalidade e os custos. Relativamente ao Caminho dos Tornos, a primeira intervenção junto da população, foi feita pela Segurança Social porque a Câmara enviou um ofício a informar que o realojamento era da responsabilidade da Segurança Social e apesar de a escarpa ser incumbência da Autarquia foi o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais e Segurança Social, que encontrou a primeira solução para o realojamento daquelas pessoas, não só em Centros de Dia como em habitação. Quero também referir que a primeira unidade de proteção civil no Curral dos Romeiros não foi criada pelo Executivo anterior, já que há muito tempo que esta zona tem um “kit de proteção”, principalmente por ser um local que já foi fustigado por vários incêndios. Relativamente ao Parque Ecológico, era importante esclarecer o que tem sido feito tendo em conta que foram submetidas várias candidaturas”, sublinhou.-----
----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, e em relação às árvores e aos trabalhos realizados no Largo da Fonte e zonas adjacentes, esclareceu que sempre que foram dirigidos pedidos à Autarquia, houve o cuidado de responder e efetuar as necessárias intervenções em tempo certo, questão que será esclarecida a seu tempo no local apropriado. “Após o acidente,

os serviços voltaram ao local tendo sido efetuada uma análise com peritos de fora da Região e feitas intervenções, reconhecendo que ainda existem algumas a realizar mas cujo planeamento está feito. Em relação ao Parque Ecológico, quero louvar o trabalho de todos os colaboradores ao longo destes anos já que o Parque tem sido fustigado por vários incêndios e têm vindo a ser feitas candidaturas aos PRODERAM para reabilitação dos caminhos pedestres sendo que cerca de 50% do projeto está já executado. A este propósito saliento que, hoje, na Ordem do Dia, será deliberado a abertura de um procedimento para reflorestação das áreas atingidas pelo fogo, existindo outros projetos candidatados, como por exemplo, para aquisição de máquinas quer para eliminação de invasoras quer para combate a incêndios”, frisou.-----

----- - Intervindo novamente, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu a Senhora Vereadora Rubina Leal de que realmente escrevera uma carta à IHM, precisamente porque o Governo Regional nunca se lembrou daquela população residente no Caminho dos Tornos. Só após essa carta é que a Segurança Social integrou as equipas da CMF, no contacto com as populações, assim como no realojamento das mesmas. Recordou igualmente nas reuniões realizadas entre o Governo Regional e o Governo da República, apesar de a autarquia ter demonstrado interesse em se ocupar dos realojamentos, por estar mais próxima das populações, tal não foi aceite pelo Governo Regional, ficando para si essa ação. -----

----- - Usando, de novo, da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu-se ao envio de um voto de louvor aos “Especiais”, bem como um outro ao futebolista Cristiano Ronaldo, ao que o Senhor Presidente informou que será agendado para a próxima semana.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora do PSD, Rubina Leal, questionou qual a intenção da Câmara para o espaço que se encontra vazio e que é um ícone da cidade do Funchal, na zona das floristas, ao que o Senhor Presidente informou que a preocupação do presente Executivo tem sido o da requalificação dos espaços públicos da cidade. Disse ainda que no Largo do Phelps havia um problema de saúde pública com os sem-abrigo, tendo sido concessionado aquele espaço para venda de frutas e flores.-----

----- - Por sua vez, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, e em relação ao espaço junto à Penha de Águia, informou que a florista que ali se encontrava, por questões de saúde, não pode de momento exercer a atividade.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Presidente informou que já estaria previsto a reabilitação daquele espaço, referindo que o Senhor Vereador Elias Gouveia, enquanto responsável pelo serviço de Infraestruturas e Edifícios, estivera no local de forma a estudar a possibilidade de execução de obras de melhoramentos, não só ao nível da estrutura como também sobre as raízes das árvores ali existentes, oferecendo melhores condições de trabalho à florista. Acrescentou que existe um plano de reabilitação do referido espaço

que continuará a ser destinado às floristas e que não foi realizado até à data mas que será executado.-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse não concordar com a concessão do Largo do Phelps, que sempre foi ocupado por floristas, para a venda ambulante, tendo na sua proximidade o Mercado dos Lavradores, o que vem promover uma concorrência desleal.-----

----- - Respondendo, o Senhor Presidente informou que aquele espaço fora alvo de várias tentativas para ser concessionado apenas para floristas mas, como em todas, ficara deserto. Foi encontrada a solução de concessão para venda de frutas e flores de forma a evitar que o lugar ficasse desocupado.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, referiu que enquanto responsável, informou o Executivo que o adequado para a realização das obras seria um ajuste direto porque não haviam meios humanos e materiais para a sua execução rápida.-----

----- - O Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, questionou qual o critério e periodicidade da limpeza dos jardins do Bairro dos Viveiros, pelo facto de se encontrarem num estado deplorável.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que, na sua maioria, as habitações tinham sido adquiridas e os moradores durante um período, assumiram a responsabilidade pela manutenção e limpeza dos jardins, no entanto, na altura da campanha eleitoral,

solicitaram que fosse novamente a Câmara a se responsabilizar pelos mesmos, sendo uma situação que está a ser analisada pela SocioHabitaFunchal, uma vez que as frações, na maior parte, já não são pertença da Autarquia.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - Concurso limitado por prévia qualificação para a “Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal – 1ª Fase” – Prorrogação da entrega das propostas – Ratificação de

despacho: - Em presença do respetivo processo e considerando o despacho do Senhor Presidente, datado de vinte e três de outubro/dois mil e dezassete, que aprovou, ao abrigo do estatuído no número três do artigo trinta e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a prorrogação do prazo da entrega das propostas da empreitada em epígrafe, pelos erros e omissões identificados, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o citado despacho nos termos do disposto previsto no número três do artigo sessenta e um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, retroagindo os efeitos desta ratificação à data do despacho.-----

2 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Aquisição de serviços silvícolas e fornecimentos associados para a recuperação de áreas atingidas pelo fogo no Parque Ecológico do Funchal** – Abertura de Procedimento: -

De acordo com a informação do Departamento de Ciência e de Recursos Naturais (refª I-30442/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público de âmbito comunitário, para a “Aquisição de serviços silvícolas e fornecimentos associados para a recuperação de áreas atingidas pelo fogo no Parque Ecológico do Funchal”, com o valor base de € 1.331.481,14 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e um euros e catorze cêntimos) e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: José Carlos Marques – Presidente; Francisco Sousa – 1º Vogal; João Nunes – 2º Vogal; Olga Camacho – Vogal suplente; Juan Silva – Vogal suplente, e submeter à Assembleia Municipal.-----

----- - **“Licenciamento Microsoft”** – Retificação: - Em presença da informação da Divisão de Sistemas de Informação (refª 55/DRHMA/DSI/2017), propondo a retificação à informação inicial, objeto de deliberação na reunião de trinta de março do corrente ano, por ter sido indicado incorretamente a abertura de concurso público quando deveria ser concurso no âmbito do acordo-quadro, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, aprovar, passando a mesma a ter a seguinte redação:”(...) Deste modo propomos a abertura de um

procedimento ao abrigo do Acordo quadro de licenciamento de software e serviços conexos, sendo...”.-----

--- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Por se tratar de um elevado número de licenças ilegais por um montante claramente elevado, questiona-se acerca de que mecanismos foram impostos para que esta situação não volte a acontecer e o facto de a execução ter sido feita ao abrigo de acordo-quadro em vez de concurso público e em que existe agora uma retificação de uma deliberação que foi aprovada por concurso público e que passará para acordo-quadro. Por outro lado, sendo a adesão ao acordo-quadro voluntária, constata-se que na ESPAP não existem empresas regionais, mas sim um conjunto de empresas regionais que poderiam ter participado no concurso público, restringindo assim a concorrência já que o número é muito menor através do acordo-quadro, havendo a questão da não garantia de menor preço e a de lesar as empresas madeirenses, questiono qual a explicação para esta adesão voluntária ao acordo-quadro”.-----

--- - Intervindo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que a “adesão ao acordo-quadro foi para única e exclusivamente cumprir o contrato que seria assinado. O que foi aberto foi um concurso público a todos, no entanto, na altura da assinatura do contrato, verificou-se que o mesmo referia o acordo-quadro e como tal os serviços notaram a necessidade de corrigir esta deliberação. Em relação ao objeto, foi detetado no âmbito de

uma auditoria, efetuada pela Microsoft, tendo sido sugerido, em alternativa ao encaminhamento do caso às instâncias judiciais ou ao pagamento de uma indemnização, que fosse efetuado este procedimento”.

--- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, questionou se não tinha sido equacionado o custo destas licenças e o motivo por que não se avançou para soluções mais económicas e que protegiam as empresas locais ou através de parcerias com a Universidade da Madeira, poupando recursos à Câmara e gerando riqueza à Região.

--- - Usando novamente da palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse que “a gestão do parque informático da Câmara dificultou a passagem para uma solução “opensource”, transversal a todos os serviços e processos camarários, tendo sido esta opção equacionada e avaliada. Haviam cerca de quinhentas licenças adquiridas que tinham atualizações automáticas e do ponto de vista de gestão tornava-se muito complexa, pois as máquinas existentes não tinham capacidade para receber as mesmas, mas a partir do momento em que se entrou num processo de desmaterialização em que todos os documentos caminham de forma eletrónica, acaba por tornar ainda mais complexa a transição para o “opensource” e também não resolveria todo o histórico das licenças que faltavam adquirir. Pretendeu-se reduzir os encargos na Câmara e com este acordo ficam todas as licenças legais e não haverão atualizações automáticas. Este processo foi

liderado pelo diretor do Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, César Rosa, que fez um trabalho excepcional nesta negociação, evitando contenciosos que poderiam vir a prejudicar, do ponto de vista financeiro, a Autarquia, acrescentando ainda que este problema do licenciamento se arrasta há vários anos. Quero referir ainda que para avançar para uma solução de “opensource” teria de existir primeiro uma solução fechada e legal e analisar departamento a departamento. Foram estudadas algumas soluções em várias Câmaras do País e esta é a que mais se adequa na atual situação. Existem trabalhos feitos com parcerias com a Universidade da Madeira, dando como exemplo o da plataforma “Funchal Alerta”, que foi criado e codificado internamente e não carece de pagamento de licença a nenhuma empresa”.

--- - Prosseguindo o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse que foi anunciado recentemente um concurso para uma plataforma de desmaterialização para o sistema de documentação do urbanismo, referindo ainda a notícia que apenas uma empresa do norte poderia oferecer estes serviços, questionando se foi equacionado uma parceria com a Universidade da Madeira para a criação de uma plataforma nova para desmaterialização dos processos de urbanismo ou até uma parceria com empresas regionais com conhecimentos nesta matéria, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse desconhecer a notícia e não existe um caderno de encargos fechado tendo sido dada a

possibilidade aos técnicos de conhecerem as soluções de outras câmaras e é um projeto que está no âmbito da Loja do Município, financiado pelo Madeira 14-20 e todas as despesas foram validadas e autorizadas pelo IDR e têm sido procuradas as soluções que se enquadrem nas necessidades da Autarquia atualmente.-----

3 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - FEDER 2014/2020 – Garantia

Escrita: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que abaixo se transcreve:-----

---“O Município do Funchal apresentou uma candidatura à medida 8.4 do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020), cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 178/2016, de 5 de maio, alterada pela Portaria n.º 432/2016, de 12 de outubro, à qual foi atribuído o n.º de operação **PRODERAM20-8.4.0-FEADER-000451**. Nos termos das condições previstas no n.º 4 do art.º 45 do Regulamento (CE) n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, pode ser concedido um adiantamento de 50% da ajuda pública relativa ao valor do investimento aprovado. O pagamento do adiantamento está sujeito à constituição de uma garantia escrita do Município, equivalente à percentagem escrita de 100%, comprometendo-se o beneficiário a pagar o contratante coberto pela garantia se não provar o direito ao montante adiantado. Face ao exposto propomos que seja solicitado um adiantamento de 50% de ajuda pública relativa ao valor dos investimentos aceites, aprovando para o efeito a respetiva minuta

de garantia escrita que consta em anexo. Mais propomos conceder poderes ao Sr. Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, para celebrar e outorgar a respetiva garantia escrita”.-----

4 - EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO - Campo de Ténis: - Perante a informação da Divisão de Contratação Pública (refª 66/DCP/2017), acompanhado do respetivo processo, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a cessação da concessão/exploração do campo de ténis do domínio privativo da Autarquia contíguo ao edifício denominado Formosa Park, com a Sociedade “Laurentis – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.”, notificando a mesma para no prazo de dez (10) dias se pronunciar.-----

--- - Relativamente a esta questão, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que seria importante que este espaço fosse de domínio público e não entregue a terceiros para gestão, ao que o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que a Câmara pretende uma nova concessão que preveja a utilização pelo público em geral.-----

5 - ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:-----

----- - **Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da Região Autónoma da Madeira (AFARAM)**: - Em face do pedido formulado pela Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da Região Autónoma da Madeira (AFARAM) (proc.º 42745/2017), solicitando, respetivamente, a cedência do Jardim do Almirante Reis e Jardim Municipal, com isenção de taxas municipais, tendo em vista a realização da Feira “Funchal Criarte”,

a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, com base na informação da Divisão de Fiscalização Municipal (refª 1012/DJF/DFM/2017).-----

----- - **CCR – Clube Caniço Riders**: - A pedido do CCR - Clube Caniço Riders (proc.º 9412/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação do Serviço Municipal de Proteção Civil (refª 0356/SMPC/2017), aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pelos serviços de prevenção prestados pelos Bombeiros Sapadores do Funchal, aquando do evento desportivo denominado “Circuito Mundial – Enduro World Series”.-

--- - O Senhor Vereador do PSD, Elias de Gouveia, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação do processo que se segue:-----

----- - **Clube Desportivo Nacional**: - Acompanhado da informação do Serviço Municipal de Proteção Civil (refª 0351/SMPC/2017), foi presente o pedido de isenção do pagamento de taxas municipais, efetuado pelo Clube Desportivo Nacional (proc.º 35278/2017), pelos serviços de prevenção prestados pelos Bombeiros Sapadores do Funchal, aquando da realização do Rali Municípios do Funchal e Câmara de Lobos 2017, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade aprovar.-----

----- - **Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação da RAM – Associação de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação Sem Limites**: - Em presença do pedido formulado pela Associação de Portuguesa de Deficientes – Delegação da

Região Autónoma da Madeira – Associação de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação Sem Limites (proc.º 28328/2017), solicitando a isenção do pagamento de taxas pelos serviços de prevenção realizados pelos Bombeiros Sapadores do Funchal, aquando da realização do “V Passeio Inclusivo de Jipes”, a Câmara deliberou, aprovar, por maioria, com abstenção do PSD.-

--- - Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Joana Afonso, do PSD, questionou se não teria sido preferível que a Associação em causa tivesse solicitado apoio a outros municípios, uma vez que o evento realizou-se, na sua totalidade, fora do Concelho do Funchal ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que o referido apoio é cedido há vários anos, nomeadamente, através da Corporação dos Bombeiros Sapadores do Funchal, porque as outras Câmaras informaram não terem meios para apoiar.-----

--- - A Senhora Vereadora Rubina Leal justificou que o sentido de voto não se devia ao apoio em si, que merece concordância do PSD, mas pelo facto de na localidade haver corporações com meios para prestar este apoio.-----

6 – SANEAMENTO BÁSICO - Pagamento de dívidas em prestações: - Relativamente ao pedido formulado por Lúcia Gomes Rodrigues Jardim, representada por Maria Elisabete Jardim Rodrigues Barros (proc.º 50095/2017) (consumidor nº 393030), para o pagamento em vinte e uma (21) prestações mensais, do valor da dívida de (€ 1.035,38), referente ao consumo de água da

moradia sita ao Caminho da Barreira, número cento e sete, freguesia de Santo António, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir, tendo por base a informação do respetivo serviço (datada de 13.10.2017).-----

7 - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADADE: - Em presença do requerimento apresentado por João Higino Souza da Silva (procº 18361/2017), solicitando autorização para o aumento de compropriedade da parte rústica do prédio misto, localizado ao Sítio das Lajes, freguesia do Imaculado Coração de Maria, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea A) da informação da Divisão Jurídica (refª 551/DJF/DJ/2017).-----

8 - PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----
----- - **Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios que assolaram diversos distritos do País:** - Foi aprovado, por unanimidade, o Voto de Pesar, que abaixo se transcreve, proposto pelos Vereadores do PSD:-----

---“No dia 15 de outubro, deflagrou o maior número de fogos florestais no ano de 2017. Registou-se a perda, irreparável, de 41 vidas humanas. Honramos a sua memória e enviamos as nossas condolências às suas famílias que atravessam um doloroso período de luto. Expressamos a mais profunda solidariedade a todos quantos se viram afetados por esta catástrofe. Para além das vítimas mortais, há que lamentar o elevado número de feridos, graves e ligeiros, a perda de bens materiais de incontáveis famílias portuguesas e a morte de um elevado número de animais, muitos

dos quais constituíam o sustento de cidadãos nacionais. Nos momentos de maior dificuldade, o povo português encontrou sempre uma força inexorável para se reerguer e recuperar dos flagelos que o atingiram. É, também, após os períodos mais negros, que a luz mais brilhante invade o coração do ser humano. A onde de amor, compaixão e carinho, demonstrada por toda a Nação, revela-se o mais poderoso tónico para uma renovada esperança por parte daqueles que sofreram, e sofrem, com esta calamidade. Nos últimos anos, os Funchalenses passaram por enormes adversidades, nomeadamente os incêndios de agosto de 2016 e a aluvião de fevereiro de 2010. Pelo infortúnio experienciado com estes desastres, de memória recente, colocamo-nos à disposição das populações agora afetadas, para prestar todo e qualquer auxílio no âmbito da atuação do Município do Funchal. Prestamos ainda a mais sincera homenagem aos Bombeiros Portugueses. Colocando as suas vidas em risco, abstraindo-se do perigo iminente e revelando uma fibra moral inexcedível, os nossos Bombeiros salvaram todas as vidas que lhe era possível. Mostraram, uma vez mais, que merecem as maiores honras de Estado, devido à sua ação e espírito de abnegação. Num País como Portugal, com uma história democrática da qual nos devemos orgulhar, é de elevada importância que a sociedade reflita, em conjunto, sobre as formas de evitar que catástrofes deste género sucedam no futuro. Só assim, poderemos reconfortar os portugueses e garantir um futuro sem o medo constante da

natureza, elemento com o qual devemos conviver em harmonia”.----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 474/2017, afixado nos locais de estilo.